

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefs. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS		CORREIO DA MANHÃ	-2. OUT. 1979
COMÉRCIO DO PORTO			

Técnicas financeiras de merceeiro

por José de Almeida Santos

Há dias, a Primeiro-Ministro Pintasilgo, cheia de benévolo e cristianíssimos cuidados com a já encalcrada bolsa dos mais pobres, fez trilar o seu Conselho sobre a situação das famílias de menor poder económico que os recentes aumentos de preços deixaram angustiadas e espavoridas. E, na solenidade dos amplos salões por onde vagueia entre assombrado e zombateiro o fantasma do velho ditador, faiscaram as doudas teorias, pesaram-se e sopesaram-se argumentos, discutiram-se até à exaustão dados e estatísticas, precataram-se as distorções que pudessem falsear apetecidos resultados. Ali, na «gaiola dourada de S. Bento» — como lhe chamaria o esbelto e competente Soares — fez-se ouvir com desassombro a voz sonora do Ministro Gago, a par da prudência aflautada do Ministro Franco. E, passadas longas horas de tão erudito e pio gorgear, vieram ao conhecimento do público os substanciais acréscimos do salário mínimo.

Foi uma alegria Portugal além! Agora já os pobres poderão, pelo menos, sorver a aguda malga do caldo, pagar as rendas atrasadas. Agora, só os desempregados, os aposentados e os demais pensionistas terão de continuar a passar mal... É de es-

perar, porém, que até mesmo estes infelizes consigam sobreviver graças às misericordiosas medidas de um Governo assim tão compassivo, tão preocupado com os problemas de cariz social.

Mas, os preconizados e substanciais aumentos do salário mínimo não encheram de regozijo apenas os trabalhadores que por direito os venham a receber; tocaram também, e sobretudo, os comerciantes a retalho e os armazenistas. É que estes sabem perfeitamente que, mais cedo ou mais tarde, os aumentos do salário mínimo repercutir-se-ão em cadeia nos aumentos de todos os restantes vencimentos e salários. E daí, que eles se preparem já para virem a ser os grandes beneficiários de tais aumentos... Corre, na verdade, grande azáfama por esse País fora, nos armazéns, nas lojas, nos supermercados, onde às pressas, se procede à mudança de preços e etiquetas. Nalgumas casas comerciais, este lucrativo trabalho exige até horas extraordinárias do respectivo pessoal! E quando os novos salários mínimos entrarem de facto em vigor, já boa parte deles e boa parte das rapadas poupanças, porventura existentes para casos de doença ou de imprevistos, foram com perícia assentar arraial nas «burras» dos senhores negociantes...

Mais tarde, claro, não-de vir a equiparar-se, embora de modo precário, o custo de vida com as remunerações e o trabalho mais duro, vi a restabelecer-se, ainda que por pouco tempo, esse equilíbrio tão abruptamente rompido pelas medidas financeiramente primárias do aumento dos preços e da melhoria dos salários mínimos. Tudo então voltará à mesma, ou quase à mesma. Só que... entretanto, aqueles raros burgueses que neste país de penúria ainda conseguem viver dos rendimentos terão de passar uma existência mais apertada ou terão de procurar trabalho — o que até seria um bem para eles e para a sociedade, se houvesse empregos onde trabalhar... — e entretanto também, os reformados, os aposentados e os pensionistas em geral, esses, por não poderem apertar mais o cinto, terão aprendido a calotear com esmero, terão estudado as novas técnicas do conto do vigário, terão de estender a mão à caridade, ou terão muito simplesmente, os mais acanhados e os mais fracos dentre eles, de dar uma ajudinha à achacosa parca que já bastante lhes tarda...

Verifica-se assim este facto desolador e deveras curioso: sob um Governo que a cada passo proclama o seu cristianismo e desfraída ao

vento dos órgãos da comunicação o estandarte das preocupações de ordem social, os indivíduos carecidos, os desafortunados, os pensionistas, não tardarão a sentir-se mais infelizes do que nunca, não tardarão a suplicar com ansiedade o auxílio público; e, já que a sua fraqueza e desorganização lhes não permitem reclamar os legítimos e justos direitos, acabarão por recordar com saudade, descoroçados e miseráveis, a incompetência laica dos Governos do passado...

De resto, pensa-se que para fomentar o turismo pode até ser de grande utilidade a circunstância de surgirem pelas feiras e pelos antiquários, a preço acessível, montes de bugigangas e de adornos de que as famílias portuguesas se desfaçam para poderem sobreviver. E, por outro lado, ninguém estranhará decerto, nem decerto levará a mal, que pelas ruas de um país cujos governantes, durante estes últimos anos, se têm mostrado exímios a estender a escudela pedinchona, surjam mais uns tantos milhares de lamuriosos e famintos pedintes.

Quererá isto dizer que não deveriam ter sido aumentados os preços, nem elevados os salários mínimos? Deus me livre de tal afirmar. Quem sou eu, afinal, para contrariar as doudas sapiências que

nos governam? O que, todavia, se afigura lógico, mesmo a um leigo como eu, é que essas medidas, cuja necessidade momentânea se não discute sequer, deveriam ter sido acompanhadas por outras de mais adequada técnica, de maneira a conseguir-se autêntica melhoria da situação caótica em que o país se debate. Porque, na verdade, aumentar os preços para conseguir melhores resultados financeiros é a técnica usada pelo merceeiro da esquina. E, francamente, parece que um país é bem maior e bem mais complexo do que uma simples mercearia de bairro...

Aliás, antes de se aumentarem os salários mínimos para melhorar a sorte das famílias menos afortunadas, atendendo às implicações a curto e a médio prazo desses demagógicos aumentos cujos ruins efeitos serão os próprios menos afortunados quem sentirá mais do que ninguém, haveria, talvez, algo de inovador a empreender. Como seja, por exemplo, a institucionalização de um «salário-familiar», para o qual fossem convenientemente estudados os apoios económicos efectivos e cuja aplicação obedesse a convinhável e bem planificada cobertura do país. Se me refiro à institucionalização deste tão útil e cristão instrumento económico-financeiro, o

«salário-familiar», é por dele resultarem, como se sabe:

— maior possibilidade de educação familiar e de assistência aos filhos pequenos por parte da mãe que ora trabalha fora de casa — logo, apreciável decréscimo da delinquência juvenil;

— menor concorrência das mães-de-família aos poucos empregos existentes — donde, a diminuição do índice de desemprego dos homens;

— maior aplicação nas tarefas caseiras e no arranjo do lar — por conseguinte, melhor nível de satisfação habitacional e abrandamento das mil e uma causas dos pequenos dramas domésticos, os quais, apesar de pequenos, contribuem de forma notória para a dissolução dos laços familiares e até, por reflexo, para o empolamento das tensões sociais.

Está claro que não estou para aqui a ensinar o padre-nosso ao cura, nem sequer o pretendo fazer. O «salário-familiar» de que falo é apenas um exemplo das muitas acções que neste campo, com certeza, poderiam ser levadas a cabo. Da minha parte será, quando muito, o alvitre de um contribuinte que, tal como a Primeiro-Ministro Pintasilgo e como a maioria do Povo Português, é católico praticante — sem ser contudo rato da sacristia, nem ter feito parte da sacristia do Rato!